

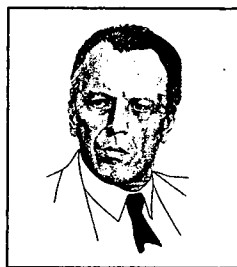
30 JAN 1996

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

Paz

Quem não daria R\$ 375 por uma vida?

ESTADO DE SÃO PAULO



A mortalidade materna em SP (110/100 mil) é 15 vezes maior que a de Portugal

André Malreaux dizia que os neoliberais americanos conheciam o preço de tudo, mas não conheciam o valor de nada. Estou a ponto de afirmar que o neoliberalismo colonial brasileiro, imaturo e submisso, não conhece o valor de nada, mas, o mais incrível, é que não chega a saber também o preço de nada. Cansei-me de ouvir equívocos sobre o Instituto da Mulher (IM) nas últimas semanas.

Uma emissora de televisão, de grande audiência, afirmou que já foram gastos, no prédio do IM, US\$ 100 milhões, enquanto o Estado (21/1) informa que foram US\$ 180 milhões e reitera a possibilidade de o governo vendê-lo. Por essas razões, escrevo. Recuperei tudo o que foi investido na sua construção e o valor não ultrapassa a casa de US\$ 70 milhões. Portanto, duas vezes e meia menos do que o anunciado.

Já que a moda é falar de preços, e não do real valor das coisas, farei um pequeno cálculo para demonstrar que o Instituto da Mulher poderá salvar milhares de vidas — por um preço que não deveria ser discutido, mas que é muito baixo.

O IM foi planejado para atender às ações mais complexas da saúde da mulher, mas, também, para ser multiplicador de ações, servindo de base para a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Paism). Tomo quatro exemplos nessa direção para rea-

lizar esses cálculos. O câncer de colo uterino mata 1.800 mulheres por ano em São Paulo, por falta de laboratórios de citologia, de uma política correta de prevenção e de condições hospitalares para atender, com eficiência, os casos detectados.

O IM será equipado com laboratório de citologia, que elevará a cobertura de Papanicolaou de 10% para 60% das mulheres do Estado, terá todas as condições modernas de diagnóstico e tratamento e, o que é mais importante, médicos especializados e

já treinados. Com isso se implantará uma política de controle de câncer de colo abrangente, que resultará em 1.200 mortes a menos por ano.

Morrem de câncer de mama 2 mil mulheres/ano, em São Paulo. Com um programa de diagnóstico precoce (no IM teremos mamógrafos suficientes para isso), equipamentos e médicos especializados para tratar e curar as mulheres diagnosticadas, poderemos diminuir pela metade essa mortalidade. Serão salvas mil vidas/ano.

A mortalidade materna no Estado de São Paulo é altíssima (110/100 mil) — 15 vezes maior que a de Portugal, assim como a mortalidade perinatal (18/1 mil). Um componente importantíssimo no IM — referência para o atendimento obstétrico e neonatal do Estado — será o atendimento às gestantes e recém-nascidos de

alto risco, contando com equipamentos e médicos especializados em medicina fetal, além de berçário e UTI neonatais, que são deficitários em São Paulo. Dessa forma, coordenando os dois programas, teremos as condições fundamentais para diminuir em 50% a mortalidade materna e perinatal, economizando mais três centenas de vidas de mulheres e 10 mil vidas de crianças a cada ano.

Somando-se apenas os quatro exemplos acima — e poderíamos falar de muitas outras causas relevantes de morte evitáveis —, serão aproximadamente 13 mil vidas preservadas a cada ano. Se multiplicarmos por cinco anos, teremos 65 mil vidas salvas.

Pelos cálculos divulgados pelo nosso vice-governador, dr. Geraldo Alckmin, são necessários R\$ 50 milhões para concluir as obras e equipar o hospital, o que significaria R\$ 750 de investimento por vida salva, em cinco anos, ou R\$ 375 por vida salva em dez anos. Pergunto: será que não vale a pena? Quem em sã consciência não daria esse valor para salvar uma vida?

Se quiserem um outro cálculo, poderia dizer que se termina o IM e se salvam 65 mil vidas, em cinco anos, com 0,5% (meio por cento!) do valor que o governo federal utilizou de recursos públicos para salvar dois bancos *privados*: o Econômico e o Nacional.

Sei que o governador Mário Covas está com dificuldades financeiras, mas não consigo entender por que o governo federal não colabora com um pouco de recursos para o término dessa obra social relevante. Sei, entretanto, também que a mistura da visão cínica de certos neoliberais coloniais de plantão com a visão antro-

lógica, arcaica e até filogenética dos que discriminam a mulher, é explosiva, permeia vários partidos políticos e pode resultar em danos irreparáveis para as nossas mulheres e crianças, assim como para nossa consciência.

Por essa razão fiz estes cálculos e sigo adiante, pois não mencionei aqui o significado da qualidade de vida da mulher quem sua mama reconstruída, após mastectomia, tampouco que o Instituto da Mulher atenderá gestantes em ambientes que simulam o parto domiciliar, tornando-o um evento familiar, de grande significado emotivo, que vai resgatar nossas raízes culturais. Não me referi também à capacidade de investigação, já instalada pelos excelentes recursos acadêmicos que temos no complexo HC e no Centro de Referência da Saúde da Mulher, que multiplicarão a potencialidade de gerar novos conhecimentos no IM. Também não me referi à sua importância na formação de profissionais de saúde, em todos os níveis, e para a concretização real de uma idéia que nasceu no Brasil, que é o Paism, e foi aprovada por instituições internacionais do peso da Organização Mundial de Saúde, Federação Internacional de Ginecologia e Obstetria, Organização das Nações Unidas e outras, além de considerado modelo pelas Conferências do Cairo e de Pequim, em 1995. Infelizmente, não consegue ter sua implantação defendida e mantida no país em que nasceu.

■ José Aristodemo Pinotti, deputado federal (PMDB-SP), professor titular de Ginecologia da USP, foi secretário da Saúde e da Educação do Estado de São Paulo e reitor da Unicamp